

Vera Maria Vidal Peroni
Jaqueline Villafuerte Bittencourt
Maria Otília Kroeff Susin
Paula Valim de Lima
Alexandre José Rossi
Juliana Selau Lumertz
Ângelo de Andrade Paz
Rafael Martins Sais (Orgs)

**ANAIS DO 2º SEMINÁRIO REDEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS ENTRE O
PÚBLICO E O PRIVADO: Implicações para a democratização da educação**

1ª Edição

UFRGS
Porto Alegre
2019

ORGANIZAÇÃO E AÇÃO DA CLASSE EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Lucia Hugo Uczak
Liane Maria Bernardi
Alexandre José Rossi

Essa pesquisa¹ faz parte do projeto “Implicações da relação público privada para a democratização da educação na América Latina: Argentina, Uruguai Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil”. Aqui apresentaremos discussões sobre a organização e ação da classe empresarial brasileira, a partir do Movimento Todos pela Educação – TPE e as discussões sobre como o setor privado mercantil influencia as políticas educacionais brasileiras. Exploramos a ação do TPE na última década com ênfase no período pós golpe (2016) até os dias atuais, destacando a naturalização da incorporação da associação entre o público e o privado nas políticas públicas de educação.

Como o foco da pesquisa trata das relações público privadas, nosso objetivo aqui é apresentar a organização e ação da classe empresarial através do movimento TPE expondo as interfaces do movimento junto ao governo federal e na discussão e definição das políticas públicas de educação.

Justificamos o presente trabalho visto o imperativo de conhecermos os sujeitos que agem na educação brasileira como parte do contexto estudado neste projeto buscando entender a “política da política” (GALE, 2007), ou seja, os caminhos e sujeitos que disputam a construção de projetos societários.

Adotamos a pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2005, p. 21 “ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, em que importa mais o processo do que o resultado. Esta também é uma pesquisa documental cuja base são o site do TPE e os documentos que ele produz, além de movimentos nos quais ele participa (sites, jornais). Para Olinda Evangelista esses documentos “não são apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais” (2012, p.2).

Partimos do pressuposto de que a realidade pesquisada considera o processo de democratização da educação no país que está em disputa e precisamos estar atentos aos movimentos de classe e construção de consensos para a elaboração e a execução de políticas educacionais (BERNARDI, UCZAK, ROSSI, 2018). Classe aqui entendida na concepção de Thompson (1991) que a vê não como categoria, mas como algo que ocorre dentro de um período histórico, que não é estática, mas que é “visível apenas no processo” (WOOD, 2003, p.77).

A posição de classe do setor privado na construção de políticas públicas se articula de várias formas, porém um arranjo conhecido como Movimento empresarial Todos pela Educação- TPE será

¹ A referida pesquisa é coordenada pela Professora Vera Peroni e está vinculada a FAGED/UFRGS/ GPRRPE e financiada pela FAPERGS.

nosso sujeito de análise. Criado em 2006 através de convocação da financeira Banco Itaú Unibanco Participações S.A. em parceria com empresários do país, tornou-se em 2014 uma Organização Social sem Fins Lucrativos. Considerada uma rede política (VOSS, 2011) que reúne empresários, intelectuais e grupos com interesses diversos, pautou a intervenção na educação e sua atuação junto a movimentos educacionais e órgãos governamentais em que operou como interlocutor e cliente (ROSSI, BERNARDI, UCZAK, 2017).

Abordaremos três elementos desse processo de organização e ação do TPE pós 2016: (a) O documento “Educação Já: estratégias: uma proposta suprapartidária de estratégias para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022”, lançado em 2018 durante a campanha eleitoral; (b) a articulação empresarial para a implementação da Base Nacional Curricular Comum - BNCC; (c) e a discussão do novo FUNDEB.

Sobre o documento Educação Já, lançado durante a campanha eleitoral a presidência da República, havia uma versão preliminar encaminhada para os candidatos ao segundo turno, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Em dezembro foi reapresentada uma versão final que passou a pautar uma campanha institucional do TPE, reafirmando as quatro metas do movimento para educação básica “Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado à sua série; todo aluno com o ensino médio concluído até os 19 anos”. (TPE, 2018, p.7). Também apresentaram um “conjunto de sete medidas prioritárias a serem desencadeadas pelo Governo Federal, já no início da próxima gestão” (Idem p.8).

Destacamos que na prioridade um, o movimento defende a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, onde se refere a mudanças nas estruturas organizativas do MEC com a retenção de cargos para a composição de um corpo técnico qualificado, cuja função será de coordenar o sistema. As prioridades 2, 3 e 7 estão imbricadas em propostas estruturantes junto ao governo, ligadas ao financiamento e a formação para alteração do currículo junto às escolas no processo de implantação da BNCC, que trataremos a seguir. A prioridade 4 que trata da profissionalização da carreira e da formação docente entre as propostas estão a criação de um programa federal para auxiliar a reformulação das carreiras docentes e a implantação de reformulação dos cursos de pedagogia com a supervisão/sansão de instituições, bem como de uma prova nacional para habilitar ou não os docentes oriundos das licenciaturas e da pedagogia, para o mercado. Para todas as prioridades apontam o mapeamento e monitoramento na execução das propostas. Em alguns casos propõem incentivos financeiros aos municípios cujas escolas apresentem melhoria nos resultados, como por exemplo nos índices de alfabetização.

Sobre a implantação da Base Nacional Curricular Comum é importante destacar que o TPE protagonizou ações desde sua elaboração. Embora nos documentos não apareça o nome do

Movimento empresarial, eles apoiaram a criação do Movimento pela Base Nacional Curricular-MBNC, cujos integrantes são majoritariamente associados a essa organização: dos 64 membros, 28 são as mesmas instituições que compõem o TPE, que também se multiplica como uma instituição; outras 6 são instituições parceiras ou mantenedoras do TPE e 5 são instituições parceiras das parceiras do TPE, totalizando 53% de membros do meio empresarial nesse grupo.

O MBNC iniciou suas atividades em 2013, e em sua página além de defender propostas curriculares, apresentava um manual de implantação da Base, se antecipando às discussões promovidas pelo MEC para construção dessa política.

Recentemente o MEC lançou o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular- ProBNCC, que visa auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC. A soma dos valores que serão investidos este ano neste programa chega a R\$ 105 milhões.

No encontro da Frente de Formação Continuada promovido pelo MEC em julho de 2019 para tratar dessa formação docente, o MBNC, a Fundação Lemann e o Movimento Colabora foram apoiadores deste evento, mais uma vez demonstrando as estreitas relações entre governo e empresários.

Sobre a discussão do novo financiamento da educação chamado de Novo Fundeb, os empresários mais uma vez se antecipam ao governo e criam um forte movimento de articulação junto ao Congresso Nacional, como veremos.

Em janeiro de 2019 Caio Callegari publica um artigo denominado ‘2019, o ano em que o Brasil tem que discutir o Fundeb’, onde ele propõe “mudar a forma como investimos em Educação, com a possibilidade de consolidar um novo desenho, mais inteligente e justo, para o Fundeb” [...] e afirma que “desde o início de 2016, parlamentares, especialistas e movimentos da sociedade civil como o Todos Pela Educação têm discutido o tema no Congresso Nacional”. O TPE chamou essa proposta de Fundeb Equidade.

Tramita no Congresso a PEC 15/15 que discute o novo fundo de financiamento. Existe um consenso de que ele seja transformado em uma política permanente. Porém, a discussão de emendas e substitutivo apresentam pontos em disputa, em especial sobre as formas de gestão e aplicação do fundo, com conteúdo gerencialista ou democrático. E, ainda, sobre os recursos estarem destinados às instituições públicas de educação ou ampliar o acesso às organizações da sociedade civil e privadas.

Destacamos que este não é um movimento de mão única, pois a Campanha Nacional pelo Direito à Educação vem discutindo e apresentando propostas que reafirmam a gestão democrática, e o direito à educação pública.

Diante do exposto, concluímos que o TPE é um movimento de classe, que defende um projeto de nação e que nas últimas décadas tem se fortalecido e atuado de forma hegemônica no campo educacional operando em várias frentes.

Reafirmamos que a classe empresarial continua organizada, se antecipando aos grandes debates da educação brasileira, através da articulação junto ao movimento empresarial TPE, fortalecendo-se enquanto classe e pautando a definição de educação pública. Demonstramos essa articulação na sua atuação junto à construção e implementação da BNCC, junto à discussão do novo Fundeb e com as propostas apresentadas no documento Educação Já, em que apontam as prioridades para o governo.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Liane M.; UCZAK, Lucia H.; ROSSI, Alexandre J. As relações do Estado com empresários nas políticas educacionais: PDE/PAR e Guia de Tecnologias Educacionais. In: PERONI, V.M. (org). Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 52-71.

BERNARDI, Liane M.; UCZAK, Lucia H.; ROSSI, Alexandre J. Relações do movimento empresarial na política brasileira: a naturalização da associação público privada. In: PERONI, V.M. LIMA, P.V, KADER, C.R. (org). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 115- 124.

CALLEGARI, Caio. 2019: o ano em que o Brasil tem que discutir o Fundeb. Estadão, 22 de jan. de 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/2019-o-ano-em-que-o-brasil-tem-que-discutir-o-fundeb/>

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/texto.Olinda.PDF>. Acesso em: 21 mar. 2012.

GALE, Trevor. Realising Policy: The Who na how of policy production. In: Lingard, Bob; OZGA, Jenny. The Routledge Falmer Reader in Education Policy and Politics. Milton Park, England: Routledge, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social- Teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2005.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. <http://movimentopelabase.org.br/>

ROSSI, Alexandre José; BERNARDI, Liane Maria; UCZAK, Lucia Hugo. Relações entre Estado e empresários no PDE/PAR: algumas contradições na política educacional brasileira. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, vol 33, nº 2, p.355-76, 2017.

TPE. Educação Já. 2018. www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/170.pdf

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

VOSS, Dulce Mari da Silva. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. Pelotas: Cadernos de Educação: FaE/PPGE/UFPel: Janeiro/abril, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.